



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003212-87.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Paulo Sergio de Souza Cabral**
Requerido: **Gilberto Brina**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou que prestava serviços de assessoria de imprensa ao médico Celso Davi Lopes, o qual, a seu turno, desenvolvia atividades junto à Santa Casa de Misericórdia de São Carlos.

Alegou ainda que os serviços foram ajustados verbalmente e deveriam acontecer até o final de dezembro de 2015, mas acabaram sendo suspensos em decorrência de *e-mail* encaminhado pelo réu, na condição de Diretor Superintendente daquele nosocômio, ao médico Celso Davi Lopes.

Almeja ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

A preliminar de incompetência deste Juízo para o processamento do feito, arguida pelo réu em contestação, não prospera.

Com efeito, tendo a ação por objeto a reparação de dano que o réu teria causado ao autor, aplica-se ao caso a regra do art. 4º, inc. III, da Lei nº 9.099/95, para fins de definição da competência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Nesse contexto, e sendo o autor domiciliado em São Carlos, é viável a tramitação do processo neste Juízo.

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

No mérito, busca o autor o ressarcimento de danos morais que o réu lhe teria provocado.

A leitura da inicial (fls. 02/03) evidencia que o fundamento da ação consiste na mensagem acostada a fl. 04, por meio da qual o réu, como Diretor Superintendente da Santa Casa de Misericórdia de São Carlos, teria proibido o autor de exercer suas atividades de assessor de imprensa para o médico Celso Davi Lopes no que concerne a assuntos que envolvessem direta ou indiretamente aquele estabelecimento.

Isso significa de início que quaisquer outras questões (como a natureza de eventual vínculo que havia entre o autor e a Santa Casa, a maneira pela qual ele se desfez ou a forma de prestação dos serviços do autor ao médico Celso Davi Lopes, por exemplo) deixam de ser apreciadas.

A análise da lide circunscrever-se-á a perquirir se o réu causou danos morais ao autor ao lavrar a mensagem de fl. 04.

Assentadas essas premissas, reputo *venia maxima* concessa que a postulação vestibular não merece acolhimento.

Isso porque não extraio do texto da mensagem de fl. 04 a proibição do autor em continuar atuando perante a Santa Casa de Misericórdia, mas, ao contrário, há mera **solicitação** para que isso se desse por intermédio do novo assessor de imprensa contratado, até porque trabalharia com dedicação exclusiva no local.

Todavia, e ainda que assim não fosse, não detecto ilicitude na conduta do réu porque a disponibilização de outro assessor de imprensa com o contorno destacado não padece de vício algum.

Se o ato porventura extravasou a esfera de atribuição do cargo ocupado pelo réu, o assunto não projeta reflexos ao autor, devendo ser dirimido no âmbito interno da Santa Casa.

Tocaria a essa, se o caso, a análise do episódio e a tomada de medidas que considerasse adequadas, mas isso – repita-se – não teria o condão de afetar o autor e de criar para ele o direito a ressarcimento de danos morais, máxime em face da pessoa física do réu.

O quadro delineado conduz à rejeição da pretensão deduzida à minguada de comprovação de ato ilícito imputável ao réu, com o que não se confunde a condenação do autor às penalidades da litigância de má-fé.

Ao que apuro dos autos, ele se limitou a exercer direito de ação constitucionalmente assegurado, não se vislumbrando o elemento subjetivo indispensável à configuração das situações previstas no art. 80 do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação,
mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios,
com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intímese.

São Carlos, 02 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**